

## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores TRANSPORTES MARÍTIMOS E AÉREOS**

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

As Propostas em debate, Plano Regional Anual e Orçamento para 2006, são apresentadas num momento que decorre sob o signo da estagnação da economia europeia e após longo período de desaceleração da economia mundial a um nível superior ao esperado.

A partir de 2004, países como os Estados Unidos da América, o Japão e já anteriormente a China apresentavam bons ritmos de crescimento que contudo, poderão vir a abrandar não só devido ao aumento do preço do petróleo como também ao previsível aumento das taxas de juro e conseqüente redução da procura interna.

Para a Zona Euro prevêem-se ritmos de crescimento relativamente baixos, sem possibilidade de redução da taxa de desemprego a curto ou mesmo médio prazo, situação que também se poderá agravar com o aumento das taxas de juro e a manutenção do abrandamento da procura externa.

Para o ano de 2006 também não é previsível uma evolução muito favorável da economia Portuguesa embora seja de esperar um crescimento económico moderado ainda que abaixo dos valores que permitiriam uma redução real da taxa de desemprego.

Contrariando a tendência verificada na evolução da economia da Zona Euro e de Portugal em particular, a Região Autónoma dos Açores, apesar de não ser imune à crise e de, dada a sua frágil economia, pouco competitiva e muito dependente do exterior, ser

por ela inevitavelmente afectada, tem mantido aceitáveis níveis de crescimento económico e simultaneamente melhorado as condições de vida de todos os Açorianos.

Para tal têm contribuído as opções correctas no âmbito da definição de políticas de desenvolvimento e a utilização criteriosa dos poucos recursos que a Região tem à sua disposição. Sabemos que continuar a escapar à crise não é fácil, contudo se o investimento público regional for bem orientado e se o sector empresarial privado for forte, poderemos debelar muitos dos seus efeitos. Por isso e para isso contribuem, com o seu rigor, os documentos agora em análise; porque como o défice público nacional previsto para 2006 prova, não há resultados sustentáveis numa política orçamental que encubra a verdade com habilidades contabilísticas.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Só uma política de grande rigor orçamental e de clara contenção imposta à evolução das despesas de funcionamento da administração regional ,permite viver hoje uma situação em que estas estão integralmente cobertas pelas receitas próprias da Região.

Os Açores são a única região do país relativamente à qual os parceiros sociais sublinham o sucesso alcançado relativamente ao crescimento económico e à convergência com a União Europeia, ao equilíbrio das contas públicas e à enorme melhoria de desempenho das questões sociais.

Mas, porque falar dos Açores é falar das dificuldades de acesso inerentes à insularidade, à dispersão geográfica, à pequena dimensão da maioria das ilhas e respectivos mercados e à distância aos mercados de referência, importa perceber qual o cenário em

que actualmente se desenvolve o negócio dos transportes quer marítimos quer aéreos.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Como consequência da estagnação da procura e após largo período de procura muito inferior às expectativas, e quando se julgava ser possível estabilizar os resultados do sector, eis que surge o fenómeno do terrorismo em grande escala e o crescimento exponencial do preço do petróleo, originando nova redução generalizada dos resultados, apesar das baixas taxas de juro. O sector dos transportes vive assim num contexto económico internacional instável agravado por um fraco ou nulo crescimento económico.

Apesar de tudo, a crise internacional tem afectado de forma diferente os dois grandes segmentos do sector a saber, transporte marítimo e transporte aéreo. Se por uma lado, o transporte marítimo tem conseguido manter equilibrada a sua exploração, por outro lado o transporte aéreo, salvo raras e honrosas excepções, não tem registado qualquer equilíbrio, mas antes uma perda acentuada com a acumulação de elevados prejuízos a que nem as ajudas de estado, quando permitidas, conseguem fazer face.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

No que ao transporte marítimo diz respeito, importa ter em atenção a nova regulamentação da Cabotagem Insular a qual, pese embora o facto de manter inalterável o objectivo de assegurar o normal e regular abastecimento de todas as ilhas mantendo o frete independentemente do destino, possibilita também entendimentos

entre armadores que podem levar a reduções significativas de escalas em alguns portos as quais embora não afectando a regularidade e qualidade dos serviços prestados implicarão reduções drásticas na facturação quer das operadoras portuárias, quer das administrações portuárias abrangidas.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Sem infra-estruturas modernas de apoio ao transporte quer marítimo quer aéreo não é possível dar resposta satisfatória às solicitações inerentes à progressiva sofisticação dos meios usados. Sem o enorme volume de investimento levado a cabo, nos últimos anos, nesta área a promoção da competitividade e da diversificação da actividade produtiva não teriam passado de uma miragem.

Em 2004, pelos portos da Região, circularam cerca de 468 mil passageiros e 2,7 milhões de toneladas de carga. A carga movimentada pela via marítima corresponde a mais de 99% do total da carga movimentada na Região.

À consolidação e modernização dos transportes marítimos corresponde uma dotação, para 2006, de cerca de 55 milhões de euros. Sendo de destacar a recuperação do Porto da Praia da Vitória e a construção do Terminal Marítimo e Gare de Passageiros do Porto de Ponta Delgada. Dois mil e seis terá que ser também o ano da elaboração dos estudos e do projecto de ampliação do porto comercial do Pico tendo em vista que em 2007 terá início o novo quadro comunitário de apoio.

Embora menos visível, a medida que mais impacto terá, a médio prazo, no transporte marítimo de passageiros inter-ilhas será a construção nos próximos dois ou três anos de três ou quatro

novos navios os quais poderão, se enquadrados num projecto inovador da prestação durável e conhecida de um serviço regular, não só resolver o problema por duas ou três décadas mas também ser importante factor de dinamização do desenvolvimentos regional. A definição das suas características e operacionalidade, que desconheço, e da qualidade do serviço a prestar são factores de primordial importância.

De destacar ainda o reordenamento do Porto da Madalena e construção da pala de protecção aos passageiros nos momentos de embarque e desembarque, a construção dos Núcleos de Recreio de Santa Maria e das Lajes do Pico, a ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas e a remodelação da Gare de Passageiros do Porto da Horta.

Pelos aeroportos da Região circularam, em 2004, cerca de 1 milhão e 700 mil passageiros e cerca de 1% do total da carga por nós movimentada.

O desenvolvimento dos transportes aéreos foi dotado, para 2006 com mais de 35 milhões de euros sendo de destacar desde logo o investimento em infra-estruturas e equipamentos aeroportuários. De realçar não só pelo volume de investimento, mas também pelo arrojo de o concretizar, a conclusão das obras no Aeroporto do Pico, o tal que não podia ser ampliado e que agora apenas aguarda por mais ligações directas no exterior, objectivo que seguramente também atingiremos.

De destacar ainda neste programa as remodelações das aerogares das Flores, de S. Jorge e das Lajes, a remodelação das Torre de Controlo e armazém de carga da aerogare do Corvo e do indispensável investimento em infra estruturas para sistemas de informação.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Este conjunto de investimentos, na sequência dos já efectuados nos últimos anos, corresponde às necessidades sentidas e por isso mesmo vertidas numa política regional racionalmente estruturada de desenvolvimento de infra-estruturas portuárias e aeroportuárias que garantem condições de competitividade e de operacionalidade com mais e melhor segurança.

É na eficácia das medidas adoptadas aos níveis regional e de ilha e no rigor da gestão dos recursos disponíveis que garantimos a credibilidade necessária e essencial ao desejado desenvolvimento da nossa Região.

Disse

Horta, Sala das Sessões, 23 de Novembro de 2005

O Deputado Regional do PS: Lizuarte Manuel Machado